

# Juízes mineiros tentam aumentar seus salários

**PENDURICALHOS** Magistrados ganham acima de R\$ 20 mil e querem mais subsídios do estado

Rafaella Dotta  
De Belo Horizonte

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) aprovou, no dia 18 de dezembro, um anteprojeto de lei para aumentar os benefícios de juízes e desembargadores do estado. Atualmente, seus salários variam de R\$ 21.500 a R\$ 25.500, e, com os auxílios, podem ultrapassar os R\$ 28.059, o teto para o funcionalismo público em todo o país, valor que recebem os ministros do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com a Constituição Federal, a revisão da organização e divisão judiciárias precisa ser feita de dois em dois anos e é competência do Tribunal de Justiça do estado. Assim, o TJMG propôs, no último mês de 2013, a alteração da Lei Complementar número 59. Se aprovada, a emenda pode custar R\$ 40 milhões por ano, segundo previsão do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância

de Minas (Serjusmig).

A proposta causou polêmica. Não apresenta avanço para escrivães, contadores e demais trabalhadores do Judiciário, e, em contrapartida, aumenta o número de benefícios a juízes e desembargadores. Entre outros, foi criado auxílio para compra de livros, aumento do abono de férias e pagamento de R\$25 mil para os que precisarem mudar de comarca.

Em apoio à criação dos benefícios, o desembargador Nelson Miasias de Moraes lançou um documento em que afirma que os juízes precisam de boas ofertas de salários para manterem o interesse de trabalhar no estado. Para ele, países estrangeiros e empresas privadas apresentam propostas melhores. E enfatiza: “Nós ficamos quase sete anos sem reajustes”.

## Críticas

Servidores do Judiciário criticaram o aumento e pediram inves-



Reprodução

timentos em prédios e melhores condições de trabalho. A presidenta do Serjusmig, Sandra Silvestrini, acredita que a verba do Judiciário deveria beneficiar também os usuários e os trabalhadores.

Daqui pra frente, o anteprojeto de

lei será enviado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e será submetido à aprovação dos deputados. De acordo com a presidenta do Serjusmig, a expectativa é que o projeto comece a tramitar em fevereiro, quando a Assembleia retoma os trabalhos.

## MINI ENTREVISTA

“Farinha pouca, meu pirão primeiro”

Representando o Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância (Serjusmig), a presidenta Sandra Silvestrini critica o uso do Fundo Especial do Judiciário para beneficiar apenas uma parte do setor. Ela defende a aplicação do dinheiro em mais profissionais, reforma de prédios e compra de material de trabalho. Propõe, também, que a aplicação do recurso seja decidida em audiências públicas, com a presença dos cidadãos.

### Como você classifica o aumento de benefícios para os juízes e desembargadores?

É preocupante. Nós temos vários fóruns e comarcas onde a estrutura é muito deficiente. Prédios com rachaduras, com risco de desabar, servidores que revezam computadores e o dinheiro do Judiciário está sendo usado para outro fim...

### Quem são os outros trabalhadores do Judiciário? O que eles estão achando?

São pessoas que trabalham nos



fóruns e que estão sendo atingidas diretamente. Toda vez que procuramos melhorar as condições de trabalho, o Tribunal de Justiça alega que não tem dinheiro. Mas quando é para aumentar seus salários, eles tiram do fundo especial do Judiciário. Então, a prática dos juízes e desembargadores tem sido essa: “Farinha pouca, meu pirão primeiro”.

### O que você espera daqui pra frente?

Pedimos que a Assembleia Legislativa não aprove esse projeto “no apagar das luzes”. Nós queremos audiências públicas. Os cidadãos tem o direito de dizer se concordam que o dinheiro deles vá para os altos salários dos juízes ou não.

## PARA ONDE A BALANÇA PESA?

Juízes e desembargadores	Demais trabalhadores da Justiça
Auxílio para compra de livros (R\$12 mil por ano)	Não recebem
Auxílio saúde	Não recebem
Auxílio doença	Não recebem
Auxílio moradia	Não recebem
Auxílio alimentação	Sim
Diárias e pagamento de gastos em missão oficial	Recebem R\$15 para missão rural e R\$7,50 para missão urbana
Remoção de comarca ou promoção (R\$ 25 mil)	Não recebem
Pagamento de 2/3 do salário para cada 30 dias de férias	Recebem 1/3 do salário para os 30 dias de férias
Pagamento pelo plantão de finais de semana e feriados	Trabalham finais de semana e horas noturnas sem receber
Gratificação pela direção de foros	Administram o foro e comarcas sem nenhuma gratificação
60 dias de férias	30 dias de férias

### Enquanto isso...

#### Escrivães e contadores

Aguardam que o TJMG implemente a gratificação prevista na Lei 20865/2013, que também criou 320 cargos de Gerente de Contadoria, 1.237 cargos de Gerente de Secretaria e 130 cargos de Assessor Judiciário.

#### Aprovados em concurso

Aguardam pela posse nos cargos previstos na Lei 20964/2013, que criou 1100 cargos de Oficial de Apoio e 100 cargos de Oficial Judiciário.